

Goveto Digital

ARTIGO

Bernard Appy
Diretor do Centro de
Cidadania Fiscal

Há um consenso sobre a importância do uso da tecnologia como meio de desburocratizar a relação entre o poder público e os cidadãos e as empresas – acelerando e reduzindo o custo de processos. O Brasil tem avançado nessa direção, inclusive com a aprovação de uma Lei do Governo Digital (Lei 14.129/2021) e a criação de uma Secretaria de Governo Digital. No entanto, ainda há muito a fazer para que a migra-

ção para o governo digital alcance seus objetivos.

Não sou especialista no tema, mas minha experiência pessoal mostra que muitos dos instrumentos de governo digital disponíveis ainda deixam a desejar. Vou começar pelo eSocial, do qual sou usuário como empregador doméstico. Poucas vezes vi uma plataforma tão contraintuitiva. Em vez de criar acessos fáceis e explicações didáticas para ações comuns, como reajuste, programação de férias e pagamento do décimo-terceiro salário, é preciso esquadriñar o programa até descobrir como registrar essas ações. Não por acaso, muitas pessoas optam por contratar um contador para gerir seu eSocial doméstico, inverten-

Seu objetivo deveria ser facilitar a vida do usuário e reduzir os custos para os cidadãos e empresas

do a lógica do governo digital, que deveria ser reduzir custos e facilitar a vida dos usuários. No âmbito do eSocial para

empresas, acaba de entrar em vigor a obrigatoriedade de registro dos dados de saúde e segurança do trabalho – com um modelo pouco amigável aos usuários. Mesmo escritórios de contabilidade estão achando muito complexo o registro das informações e estão recomendando aos clientes que contratem empresas especializadas. Tais empresas, que antes cobravam apenas pelos exames médicos e vistorias realizados, passaram a cobrar mensalidades para manter esse módulo do eSocial atualizado. Em vez de simplificar, a mudança criou novos custos para os pequenos negócios.

Por fim, vou falar do meu registro de vacina da covid. Consigo acessá-lo por três

aplicativos: um municipal (e-saúdeSP), um federal (ConecteSUS) e um estadual (Poupatempo Digital), cada um com características diferentes. No primeiro, não consigo emitir um certificado de vacinação (necessário para algumas viagens). No segundo, não consta a minha dose de reforço (tomada há mais de um mês). Só no terceiro obtive tudo o que necessitava. Suponho que num bom governo digital deveria haver coordenação entre os entes da federação e um acesso único e simplificado a essa informação.

O governo digital é necessário e muito importante, mas é bom lembrar que seu objetivo é facilitar a vida e reduzir os custos para os cidadãos e empresas. ●

Indicadores Volta do superávit

Contas públicas fecham no azul em R\$ 64,7 bi, 1º saldo positivo após 7 anos

Inflação impulsiona a arrecadação de impostos; resultado de Estados e municípios é o maior da série histórica, R\$ 97,69 bi

THAIS BARCELLOS
CÉLIA FROUFE
BRASÍLIA

Impulsionado pela inflação, pela recuperação econômica e pelo maior consumo de bens e serviços, o setor público consolidado (União, Estados, municípios e estatais, com exceção de Petrobras e Eletrobras) registrou superávit em 2021 após sete anos no vermelho.

O resultado positivo foi de R\$ 64,727 bilhões, revertendo parte do recorde negativo de 2020 (R\$ 702,950 bilhões) em meio aos gastos extraordinários na pandemia.

O dado de 2021 é o melhor resultado anual desde 2013 (R\$ 91,306 bilhões). O resultado primário reflete a diferença entre receitas e despesas do setor público, antes do pagamento dos juros da dívida pública.

O superávit primário consolidado de 2021 ficou abaixo da média das estimativas de analistas do mercado financeiro ouvidos pelo *Projeções Broadcast*, que era de R\$ 75,2 bilhões.

O resultado foi composto por um déficit de R\$ 35,872 bi-



lhões do governo central (Tesouro Nacional, Banco Central e INSS). Já os governos regionais (Estados e municípios) influenciaram positivamente com R\$ 97,694 bilhões, o maior saldo da série histórica.

DÍVIDA PÚBLICA. Em paralelo, a dívida pública cedeu após atingir o recorde anual em 2020. Dados do Banco Central mostram que a dívida bruta do governo geral fechou dezembro aos R\$ 6,967 trilhões, o

que representa 80,3% do Produto Interno Bruto (PIB), ante 88,6% no mesmo período de 2020. No melhor momento da série, em dezembro de 2011, chegou a 51,3% do PIB.

Para o economista do banco americano Goldman Sachs Alberto Ramos, o nível elevado da dívida pública deixa a economia vulnerável a choques. Com a recente fragilização do teto de gastos, o analista vê aumento do risco fiscal. ● COLABORADOR RICARDO COTRIM E MARIANNA GUALTER

Boletim Focus Inflação em alta

Mercado prevê IPCA deste ano mais longe da meta, em 5,38%

BRASÍLIA

Após a alta do IPCA-15 de janeiro (0,58%), economistas do mercado financeiro alteraram para cima suas projeções para o IPCA (o índice oficial de inflação) de 2022, aumentando ainda mais a distância em relação ao teto da meta deste ano (5%).

A estimativa avançou de 5,15% para 5,38%, segundo o Boletim Focus, publicado ontem pelo Banco Central (BC). Há um mês, a estimativa era de 5,03%. A meta neste ano é de 3,50%, com tolerância entre 2% e 5%. Ou seja, o mercado segue indicando o segundo ano consecutivo de rompimento da meta, após o desvio de 4,81 pontos percentuais do IPCA de 2021 (10,06%).

A expectativa para o IPCA em 2023 também voltou a subir, de 3,40% para 3,50%, afastando-se do centro da meta (3,25%, banda de 1,75% a 4,75%). A estimativa era de 3,41% há quatro semanas. As projeções para 2024 e para 2025 continuaram em 3%. Há quatro semanas, ambas estimativas eram de 3%.

A meta para 2024 é de 3%, com margem de 1,5 ponto porcentual (de 1,5% a 4,5%). Para 2025, por sua vez, a meta ainda não foi definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). No comunicado do Comitê de

Política Monetária (Copom) de dezembro, o BC atualizou suas projeções para a inflação com estimativas de 4,7%, em 2022, e de 3,2%, em 2023.

JUROS BÁSICOS. Apesar da deterioração do cenário inflacionário doméstico e do ambiente externo, os economistas do mercado financeiro mantiveram a projeção para a Selic, a taxa básica de juros da economia brasileira, em 11,75% no fim de 2022. Há um mês, era de 11,50%.

Perspectivas
A expectativa para a inflação em 2023 também voltou a subir, de 3,40% para 3,50%

Mas, considerando apenas as 94 respostas nos últimos cinco dias úteis, a expectativa para a Selic no fim deste ano avançou de 11,75% para 11,88%. O Copom volta a se reunir hoje e amanhã para definir a nova taxa. O mercado espera um novo aumento de 1,5 ponto, levando a Selic de 9,25% para 10,75% ao ano.

O Focustambém mostrou aumento na previsão mediana do Produto Interno Bruto (PIB) de 2022, que passou de 0,29% para 0,30%. Há um mês, a estimativa era de 0,36%. Considerando apenas as 58 respostas nos últimos cinco dias úteis, a estimativa para o PIB no fim de 2022 recuou de 0,41% para 0,32%. Para 2023, cedeu de 1,69% para 1,55%. ● T.B.